

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Hermes Fonseca</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |
| <i>PL</i> | <i>Serafina Carrilho</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Moysés Leônidas</i> |

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE SETEMBRO DE 2001**
(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSB: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PPB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Fernando da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo, pela ordem, a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou, recentemente, a criação de uma comissão especial para investigar as universidades estaduais do

Paraná. Eu queria saber de V. Exa. quando esta comissão será instalada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu vou solicitar à assessoria técnica e ver se todos os partidos já fizeram a identificação e vou determinar, como manda o nosso Regimento Interno, que o nosso 1º vice-presidente instale imediatamente.

Antes da leitura ao Expediente, eu queria tomar um segundo dos senhores deputados, em relação aos fatos ocorridos hoje nos Estados Unidos.

Mesmo diante do sentimento de impotência, à licença de uma sociedade democrática, deixar e registrar o horror pelo qual somos tomados com os ataques sofridos hoje pelo povo americano. Importam menos as palavras. O que nos une, a todos, é o sentimento de repúdio diante do terror impronunciável contra a vida humana, que marcará para sempre, de forma trágica, estes 11 de setembro de 2001.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 305/2001-Gab

Curitiba, 04 de setembro de 2001.

Senhor presidente:

Em cumprimento ao disposto no § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, venho pelo presente consultar V. Exa. quanto a possibilidade da avaliação quadrimestral de que trata o artigo anteriormente citado, seja realizada no dia 26 de setembro próximo, na Comissão de Orçamento e Finanças desta egrégia Casa.

Desde já coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

(a) INGO HENRIQUE HÜBERT
Secretário de Estado a Fazenda

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Em atenção ao solicitado a esta bancada, indico à seguir os deputados do PSDB que comporão as próximas Comissões Parlamentares de Inquérito a serem instaladas nesta Casa.

América Latina Logística (ALL): José Maria Ferreira

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): Sérgio Spada

Obras do Fórum de Curitiba: Neivo Beraldin

Poluição no Rio Iguaçu: Renato Gaúcho.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. os meus elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA
Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2884

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 399/2001, referente a Mensagem Governamental nº 039/2001, que dispõe sobre o crédito suplementar de R\$11.932.000,0 para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2885

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 379/2001, referente a Mensagem Governamental nº 035/2001, que dispõe sobre o crédito suplementar de R\$2.059.500,00 para a Suderhsa.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2886

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 380/2001, referente a Mensagem Governamental nº 036/2001, que dispõe sobre o Ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$1.312.780,00, para a Suderhsa.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2887

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 262/2001, referente a Mensagem Governamental nº 020/2001, que dispõe institui a Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2899

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM, providências urgentes da Mesa Diretiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que providencie o serviço de som no Plenário, com extensão aos gabinetes parlamentares.

Justifica-se tal solicitação tendo em vista que os problemas ocasionados no sistema de som da Casa não podem demorar tanto tempo para serem solucionados, especialmente porque estão causando enormes prejuízos aos trabalhos desta Casa, tendo em vista que as assessorias dos deputados estaduais não tem condições de acompanhar às sessões do Plenário, o que, com o devido serviço de som, o fazem dos gabinetes parlamentares.

Termos em que, pedem e esperam deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, SÉRGIO SPADA, NEREU MOURA, RENATO GAÚCHO, WALDYR PUGLIESY, LUIZ CARLOS ZUK, EDSON STRAPASSON, SERAFINA CARRILHO, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, CEZAR SILVESTRI e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 2874

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Ramon Máximo Schulz, falecido no dia 06 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2875

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor José Sartori, falecido no dia 03 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2876

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família da senhora Edite de Araújo Vieira, falecida no dia 08 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2880

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da senhora Rosinei Vaz Santos, ocorrido no dia 07.09.2001, em Jataizinho, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2871

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro da Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, pela passagem do dia do Médico Veterinário comemorado no dia 09 de setembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Paulo Moreira Borba, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, 356 - CEP 80.210-060 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2872

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro da ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Administração, pela passagem do dia do Administrador comemorado no dia 09 de setembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Gilberto Serpa Griebeler, presidente do CRA-PR, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Dulcídio, 1565 - CEP 80.250.100 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2877

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações, ao Sindicato dos Jornalistas profissionais do Paraná, alusivos ao dia da Imprensa, comemorado no dia 10 de setembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao presidente Sr. Mário Messagi Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à rua José Loureiro, 211, CEP 80010-140- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 422/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação os Moradores do Bairro São Sebastião, com sede e foro no município de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião, fundada em 11 de setembro de 1991, com o objetivo de promover social, econômica e assistencialmente os moradores do Bairro São Sebastião, no município de Palmas, bem como colaborar com os poderes públicos nas reivindicações da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 423/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos-PR.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública fornecerá toda estrutura para o perfeito funcionamento da Delegacia de que trata o artigo anterior, inclusive utilizando-se de recursos do seu orçamento próprio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com informações que nos têm sido passadas pelas autoridades constituídas do município de Dois Vizinhos, bem como por membros da população em geral, o índice de violência e maus tratos contra a mulher, vem crescendo assustadoramente.

Outrossim, as vítimas, na maioria das vezes, se sentem constrangidas em procurar a Delegacia de Polícia comum e, na falta de uma delegacia especializada, os casos de agressões e outros delitos contra as mulheres acabam ficando impunes.

A medida ora proposta objetiva oferecer maior segurança à população feminina do município, propiciando-lhes mais tranquilidade quando vítimas de maus tratos, muitas vezes até pelos próprios cônjuges.

PROJETO DE LEI Nº 424/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “ONG - Organização Não Governamental Cidadão do Futuro”, com sede e foro na cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A ONG - Cidadão do Futuro é uma associação civil de direitos privados sem fins lucrativos, que tem por finalidade estimular o desenvolvimento de aspectos biopsicossociais, atuar no processo de formação e educação e realizar diversas atividades culturais e educativas, sempre com o enfoque em criança e adolescente (07 a 17 anos) - o cidadão do futuro.

A ONG atende crianças, encaminhados pelas escolas municipais e estaduais ou pelo Conselho Tutelar e Promotoria da Vara de Infância e Juventude de Ibiporã, que apresentam dificuldades de relacionamento interpessoal com colegas e professores, agressividade, baixo rendimento escolar e evasão.

O trabalho é desenvolvido por profissionais junto às crianças e seus pais, com acompanhamento individual e coletivo, solidificando a estrutura familiar e buscando o equilíbrio no lar, o que auxiliará o bom desempenho da criança e/ou adolescente na escola.

No entanto, há que se ressaltar que a arrecadação desta ONG não é suficiente para sua manutenção, portanto, precisa de repasse de valores por parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para habilitar-se junto aos mesmos, necessita de Lei de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 425/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos, que tem realizado excelente trabalho de proteger, internar, vestir e sustentar pessoas de ambos os sexos, com mais de sessenta anos de idade, desprovidas de recursos, sem amparo familiar, incapazes para o trabalho, sem distinção de raça ou religião.

Sendo assim, esperamos, contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 426/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Comunidade Gira Sol, com sede e foro nesta Capital, que tem realizado excelente trabalho de promover a alquimia social, através de atividades culturais e artísticas, visando a formação da auto-estima e da contemplação da criança com elementos que dêem vazão à expressão de seus sentimentos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 427/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Antonina, com sede e foro no município de Antonina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 428/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Governo do Estado do Paraná deverá, obrigatoriamente, aplicar no mínimo 70% (setenta por

cento) dos recursos decorrentes da alienação do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, na área previdenciária, através de ParanaPrevidência, atual gestora do Fundo Previdenciário dos servidores públicos estaduais.

§ 1º - Os recursos correspondentes aos 70% (setenta por cento) que serão capitalizados na área previdenciária somente poderão custear pensões e aposentadorias a partir da data da referida capitalização.

§ 2º - Ficam expressamente vedados pagamentos, ressarcimentos e compensações de quaisquer outros títulos e/ou dívidas, de qualquer natureza, com recursos oriundos do processo de privatização da Copel, se contrárias anteriormente à capitalização do ParanaPrevidência.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Irineu Colombo, Ademir Bier e José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

O processo de desestatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, promovido pelo Governo do Estado do Paraná, está causando muita polêmica na sociedade paranaense.

A Lei Estadual nº 12.355 que autorizou o Governo a desestatizar a Copel, foi aprovada pela Assembleia Legislativa no apagar das luzes do primeiro Governo Jaime Lerner, no período pós-eleições, sem nenhuma discussão mais aprofundada e sofisticada, e o que é pior, sem qualquer participação da sociedade civil.

Durante praticamente todo o ano em curso, lutamos, com o apoio da maioria esmagadora da população e entidades paranaenses, contra a privatização da Copel.

O primeiro projeto de lei de iniciativa popular da história paranaense, que tentava impedir a venda da Companhia, foi rejeitado em meio a grande mobilização popular, com protestos de toda sociedade e uma atuação questionável de interferência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, amplamente divulgado por toda imprensa.

O Governo do Estado publicou no Diário Oficial de 4 de setembro do corrente ano, o Decreto nº 4655, que dispõe sobre a utilização dos recursos decorrentes da privatização da Copel, indicando como diretrizes 70% para ParanaPrevidência e 30% para áreas de governo, como educação, segurança, saúde, agricultura, transportes e outros programas governamentais. Já o Edital nº 001/2001 e seus anexos, que tratam da alienação do controle acionário da Copel foram publicados no Diário Oficial do Estado, em 06 de setembro do corrente ano.

Ocorre, todavia, que o Governo do Estado não especificou se os recursos decorrentes da privatização da Copel serão utilizados para pagamento de dívidas e/ou títulos contraídos anteriormente ao leilão ou não, motivo

pelo qual se apresenta o presente projeto de lei, com o escopo de garantir, já que a política de privatização impera, a aplicação dos recursos para o pagamento de pensionistas e aposentados a partir da capitalização dos ditos recursos.

Argumenta exhaustivamente o Governo que a “desestatização da Copel vai produzir o bem-estar social dos paranaenses.” Ainda afirma que “o fundo previdenciário ficará, então, com a responsabilidade pelo pagamento de pensões e aposentadorias dos servidores estaduais. Hoje, o dinheiro para pagar estes proventos sai dos cofres do Estado e significa uma despesa mensal de mais de R\$90 milhões”. As referidas afirmativas estão disponíveis na internet, no site da Copel.

Portanto, para de fato garantir a capitalização dos recursos correspondentes a 70% do total que será arrecadado no leilão da Copel, é imprescindível a aprovação do presente projeto de lei, que por certo garante a aplicação dos valores para pagamentos futuros, e não compromentimentos passados da previdência, pois só assim os servidores públicos estaduais terão a garantia dos investimentos que estão justificando a venda da melhor empresa de energia elétrica do Brasil.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante contribuição ao funcionalismo público estadual, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu gostaria até de me aprofundar nesta discussão em relação àquilo que aconteceu hoje nos Estados Unidos, mas o motivo principal da minha vinda aqui, é para falar, ainda, em relação ao problema da Copel.

Ontem o deputado Ribas Carli acabou reduzindo o problema da Copel a uma simples questão de tarifa. A tarifa da Copel é mais alta do que a tarifa cobrada por uma empresa de energia elétrica lá de Guarapuava.

Não é este o problema, senhores deputados, nós não podemos reduzir este monumental problema numa questão de tarifa de uma empresa que eu nem sei quem é de Guarapuava, parece-me que é uma empresa séria, essa coisa toda, mas não é por aí.

O problema que se coloca aqui, senhor presidente, é o problema do destino deste Estado. Você ficar aqui com uma empresa como a Copel sob domínio público, é ficar com a garantia do nosso amanhã, e tem gente que não entende desta maneira.

Eu me lembro, senhor presidente que o período onde nós tivemos ditadura militar, aqui no País, se invadia casas, residências e as pessoas se rebelavam. Se nós retornarmos a outro período ditatorial aqui no País é preciso que nós entendamos por exemplo, que o jornal

Estado de São Paulo, que tem mais de 100 anos, exclui da sua vida o período que o jornal ficou submetido à censura imposta pelo governo central. E aqui querem reduzir ao probleminha da tarifa, quando é uma questão de independência do Paraná, ficar com o seu destino para ser decidido por si mesmo, mas não entendem desta maneira!

É muito superficial esta análise, inclusive ontem, eu pedi um aparte ao deputado Ribas Carli, e ele por falta de tempo não pode me concedê-lo, mas é preciso que nós, de maneira definitiva, possamos tratar deste assunto de maneira séria, com seriedade.

Eu me lembro que quando os nazistas invadiram a França, eles ofereceram aos franceses muito dinheiro para fazer o desenvolvimento da França, que naquele momento vivia um período difícil na sua economia. Os franceses se rebelaram, não quiseram ser dominados por aqueles que estavam invadindo a sua casa.

Da mesma maneira, os nazistas invadiram quantos países na Europa Oriental e todos através da sua parcela consciente se levantaram contra aqueles que estavam invadindo o seu território! Os poloneses não se curvaram; muitos se aliaram com os invasores. Isso aconteceu lá no passado. Naquela época, os donos do mundo invadiam os países dessa maneira, com tropas, com armamento; hoje é através da globalização, hoje é através do conhecimento de várias maneiras.

É isso que devemos discutir. Não é problema de tarifa mais alta aqui ou ali, mas um problema de independência, de autonomia. Os Estados Unidos hoje sofreram agressão, praticaram milhões de agressões durante todos esses anos. Lembro-me sim que, quando foi formado o Estado de Israel, a primeira medida que tomaram foi a expulsão de um milhão de palestinos, que ficaram sem comida, sem casa e sem água; as agressões que fazem de maneira impune em relação a todo mundo, invadem todos os países.

Sou contra o terrorismo. Sou contra esses atos de agressões. Sou a favor da democracia, da liberdade. Mas é preciso que se registre aqui que, muitas vezes esses atos são atos de defesa, logicamente os inocentes acabam pagando por aquilo que não fizeram, mas os seus governantes são dessa maneira. São os algozes do mundo; são os polícias do mundo, monitorando os povos em todos os cantos para impedir que se levantem para a independência nacional e a dignidade respeitada. Quantas guerras foram praticadas, só para atender os interesses da economia norte-americana? Todo mundo sabe disso. Como no caso da Copel. Se arranha superficialmente, não se vai a fundo; não se quer discutir.

Quero deixar aqui mais uma vez a nossa posição de defesa da Copel, pois temos ainda esperança que possamos não vender.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Vossa Excelência começou falando sobre o pronunciamento do deputado Ribas Carli quando ele tentou

fazer um paralelo entre a Copel e a Companhia de Força e Luz de Guarapuava, querendo mostrar que seria um bom negócio para o Paraná vender a Copel, porque a Copel, segundo ele, tem tarifas maiores do que as praticadas pela Companhia Força e Luz de Guarapuava. A Companhia de Guarapuava é uma distribuidora de energia. Ela compra energia da Copel. Não podemos ser tão simplistas e sim, ter mais profundidade nas análises.

A Copel, construída com o suor do povo do Paraná, completa, que começa no início, tem meio e fim, porque ela começa na geração e termina na distribuição. A Copel, uma empresa extraordinária, um orgulho para todos nós, não pode ser comparada com a Companhia Força e Luz de Guarapuava que é uma empresa de distribuição de energia da própria Copel.

Além disso, deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. acompanhou na imprensa ontem, o anúncio de uma empresa francesa, que estava inscrita, que tinha adquirido o edital de compra da Copel, a sua desistência. Por que será que essa empresa desistiu? Será que é porque descobriu que o processo de venda da Copel é um negócio de cartas marcadas? Pode ser que seja!

Quem sabe essa empresa francesa, que é uma das grandes do setor, tenha descoberto que esse processo já está viciado e já tem o ganhador? É uma das hipóteses.

Por isso, deputado Pugliesi, quero demonstrar a nossa preocupação com relação à Copel, à venda da Copel, o nosso inconformismo, e dizer que em hipótese alguma, poderá fazer qualquer tipo de comparativo entre a Copel e a Companhia de Força e Luz de Guarapuava, com todo respeito que aquela empresa merece de todos nós; uma empresa distribuidora e não uma empresa geradora, transmissora e distribuidora, uma empresa completa como é a Copel, como é a empresa do povo do Paraná.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Nereu Moura, agradeço o aparte de V. Exa. e quero, se bem que ninguém aqui me parece estar preocupado com nada disso, a preocupação é outra, a preocupação é a eleição do ano que vem, levar verba aqui e ali, parece-me que é por aí, não se tem outro tipo de preocupação.

Mas quero dizer o seguinte: aqui se estabeleceu uma pressa muito grande em se “limpar o trilho” para se vender a Copel. Então, vamos nos livrar da Copel!

E agora fazem de tudo, para fazer com que a termelétrica de Araucária seja construída, ao arrepio da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do próprio Regimento Interno da Casa. Não posso entender por que essas coisas caminham dessa maneira.

Vi, inclusive, uma declaração do respeitado deputado Valdir Rossoni, dizendo o seguinte na televisão: “Não sei por que são contra a construção da usina termelétrica de Araucária.” “Alguns”.

Ora, nós não somos contra a construção da usina termelétrica de Araucária; queremos o cumprimento da

lei! A Constituição Federal, fala em estudo prévio do impacto ambiental. Estudo prévio, deputado Nereu Moura, quer dizer que antes de mais nada, tenha que se ter o estudo prévio. E por que tanto ódio da Copel e tanto amor a essa termelétrica de Araucária, que certamente, construída da maneira que estão pretendendo construir, vai infernizar a vida de milhares e milhares de brasileiros?

Então, o que é preciso que se coloque aqui de maneira clara, é o seguinte: Rima previamente colocada na mesa de discussão, porque o que acontece geralmente, é o seguinte: não é simplesmente autorização para construção; autoriza, colocar as máquinas, começam a fazer qualquer coisa, e depois já vem argumentação: “Nós estamos criando empregos, já colocamos capital!” E aí os rios, a saúde, o ar, a água, que se lasquem todos, porque o que só interessa é o lucro! Só! Nada mais!

É o que estamos vendo, e volto a insistir nesse ponto. Se faz um esforço monumental para se livrar da Copel, e se faz um esforço monumental também, para se atropelar a implantação para construção dessa termoeletrica.

Queremos mais uma vez deixar muito claro, aqui, que não somos contra a industrialização; não somos contra a implantação de empreendimentos industriais de fora; só queríamos que os paranaenses recebessem as vantagens que aqueles de fora recebem do atual Governo.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado, concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. acaba de falar da construção da termelétrica de Araucária.

Para tanto, para discutir, nós estamos convocando uma reunião da Comissão de Meio Ambiente para logo após essa Sessão Plenária, e aproveitando essa gentileza do aparte de V. Exa., ao mesmo tempo, além de comunicar à Casa que recebi esse relatório de impacto ambiental, que passo agora a compartilhá-lo com os nossos companheiros da Comissão, e com os deputados aqui da Casa.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Neivo Beraldin, agradeço a intervenção que o nobre deputado faz, e quero registrar, de maneira positiva, o trabalho que V. Exa. tem feito ao longo de todos esses anos, na questão relativa ao meio ambiente.

Muito obrigado.

O Sr. Hermes Fonseca

Nobre colega Waldyr Pugliesi, que conosco participou durante o ano passado, nas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça. Quando esse projeto apareceu na Comissão, nós relatamos com voto em separado e em 14 de novembro de 2000 nós já dizíamos que o projeto era inconstitucional e ilegal, porque contrariava o artigo 209 da Constituição Estadual e o artigo 225 da Constitui-

ção Federal, porque não havia projeto da construção da usina e nem o laudo de impacto ambiental, que precede, no nosso entender, a deliberação deste Legislativo.

Ontem nós recebemos do Ministério Público Estadual, da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, uma opinião que é exatamente aquela que nós, todos nós aqui da Oposição, defendemos no dia em que foi votada a constitucionalidade desse projeto.

(Lê):

“Diz o Procurador de Justiça:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente

CONSTRUÇÃO DE TERMELÉTRICAS

Atendendo consulta verbal formulada ao Ministério Público, tenho a esclarecer que para a construção de termelétricas no Estado do Paraná, há de se observar o que dispõe a Constituição Estadual no artigo 209, o qual estabelece:

“Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa;...”

Importante, portanto, frisar que o empreendimento há que submeter-se ao licenciamento ambiental, apresentando o imprescindível Estudo Prévio de Impacto Ambiental dependendo de licença prévia e análise do órgão ambiental competente, após o que submeter-se-á à devida análise da Assembléia Legislativa para a sua aprovação em definitivo.

Trata-se portanto de ato complexo estando o empreendimento subordinado a estas duas fases para a obtenção do licenciamento ambiental.

Curitiba, 06.09.2001.

(a) SAINT-CLAIR HONORATO SANTOS
Procurador de Justiça”

PROJETO DE LEI Nº 325/2000 VOTO EM SEPARADO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade aprovar a construção de Usina Termelétrica na Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária.

Senhor presidente, reza o artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa;...” (omissis)

O presente projeto de lei não repousa sobre qualquer realidade fática, eis que inexistente qualquer projeto de construção de usina termelétrica, e a justificativa apresentada, quando muito, se refere a uma intenção, tão somente.

Há uma impossibilidade lógica de se dar cumprimento à citada norma constitucional, pois o que compete a esta Casa de Leis é tão somente aprovar um projeto de construção de usina que tenha parecer técnico de impacto ambiental. O que não é o caso.

Ademais o artigo 1º, já aprova a construção de uma usina cujo projeto, se existe, não foi apresentado a esta Casa de Leis, além do que também não existe o projeto técnico de impacto ambiental, condição *sine qua non* para que haja o pronunciamento desta Casa Legislativa.

Assim, ante a sua inconstitucionalidade e ilegalidade, nosso voto é contrário à tramitação deste projeto de lei de nesta Casa Legislativa.

Sala de Reuniões das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator"

O que nós queremos demonstrar com isso, deputado Waldyr Pugliesi, é que realmente nós estamos defendendo posições que vão de encontro com o que dispõe a legislação deste País, tanto a Carta Magna, que é a Constituição Federal, quanto a legislação Estadual, a nossa Constituição Estadual.

E que nós não podemos sobrepor a elas, aqui, por vontade própria ou uma simples votação, em que um número é maior que o outro, quando os deputados da base do Governo ganham por 25 a 23, por 27 a 23, por 27 a 26.

Nós temos que nos preocupar, em primeiro lugar, a dar um exemplo para o Estado, porque a nossa obrigação, função, é fazer leis. E as leis que nós fizermos, têm que ser leis que tenham eficácia que nós fizermos, têm que ser leis que tenham eficácia e que obedeçam às Constituições estabelecidas.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o aparte do nobre deputado Hermes Fonseca. A posição exarada pelo Ministério Público não poderia ter sido outra. Ela é calcada no texto constitucional federal e estadual e aponta a direção correta para que possamos resolver o problema aqui, nesta Casa.

Quero reafirmar o nosso apego à lei, que fora da lei não existe salvação, vamos dizer assim, e temos travado essa batalha de maneira coerente, e[de] dessa maneira que vamos permanecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ontem fiz uma pergunta, no meio do discurso do deputado Ribas Carli, se aquela informação que ele dava da Companhia de Energia Elétrica de Guarapuava, para

análise geral, que valia inclusive para a Light do Rio de Janeiro, que aumentou em 80% as contas industriais, comerciais e domésticas de energia elétrica. Em 80% depois da privatização.

Mas o que me traz a esta tribuna, senhor presidente, é fazer uma análise bastante madura que possa ser neste momento, mas precisa ser feita por este Parlamento, com relação aos ataques terroristas acontecidos em Nova Iorque, em Washington, no World Trade Center e também no Pentágono, que na verdade passa a ser, além do destaque histórico, passa a ser neste momento a demonstração clara de que os rumos adotados pela política internacional dos Estados Unidos e a postura econômica daquele País, que quer ditar regras ao Brasil, por exemplo, exigindo que o Brasil privatize todas as suas empresas, que o Brasil entre na Alca, que o Brasil abra as fronteiras para a globalização e eles continuam fechados, convencendo teoricamente, convencendo financeiramente através do FMI, o BNDS, o Banco Central, os organismos financeiros do Brasil para impor aqui as suas idéias de denominação política e econômica.

O que estamos assistindo, é o efeito de uma política e é o começo de uma crise, pode ser uma crise bélica, uma crise de guerra, mas é o começo das relações mais estremecidas. Como aconteceu na história, em que a 1ª Guerra Mundial foi consequência do nível desenfreado de globalização, quando usurparam os territórios africanos e asiáticos. Senão vejamos: os bóeres, os holandeses, os ingleses estavam na África do Sul, estavam na Nigéria quando surgiu um país chamado Biafra, que existiu por noventa dias e lá os capitais ingleses exigiam que a Biafra fosse exterminada, porque lá estavam os territórios de produção de petróleo e a Nigéria era, os seus comandantes, subordinada à política britânica.

Qual era a moeda internacional antes da 1ª Guerra Mundial? A libra esterlina. E quem dominava o mundo e controlava as Bolsas? Era Londres.

Com a crise econômica advinda da exaustão da força do imperialismo e não tendo outra alternativa, começaram os choques. E os choques não aconteceram em Londres; aconteceram na Iugoslávia, com a morte do Ferdinando, que foi o estopim da 1ª Guerra Mundial. Após a 1ª Guerra Mundial, quem sobressai como potência econômica? Os Estados Unidos.

Os Estados Unidos enfrentam a crise, logo depois do término da 1ª Guerra Mundial, como o grande fornecedor de insumos para a guerra, e a guerra não era em seu território, tem o Crash de 29, resolve com a política do intervencionismo estatal, resolve o problema, a fome, inclusive. Mas, logo em seguida, nós temos, por conta do isolamento europeu, o surgimento do nazi-fascismo e vem a 2ª Guerra Mundial, que é consequência da 1ª, onde os Estados Unidos não só saem fortalecidos como centro, porque o dólar passa a ser moeda internacional, como centro organizador das finanças internacionais, mas também o centro irradiador de políticas para o Mundo. E não esqueçamos que depois da 1ª Guerra Mundial, os Estados

Unidos, com a força econômica que era, com a força bélica e a força política que é, manda nas relações internacionais, tutela a criação do Estado de Israel, permitindo, inclusive, que o povo palestino seja escoraçado.

Com o Governo Bush enfrentando no seu colo uma crise econômica violenta, o Federal Bank baixa os juros de 6% para menos de 3%, não resolve o problema da crise. Os Estados Unidos estão emitindo boletos de 300 dólares para incentivar o consumo. Os Estados se retiram da Conferência da ONU. Os Estados Unidos, que são parte do Estado de Israel, retira-se do conflito dos palestinos, que estava se acirrando. Os Estados Unidos não assinaram o Tratado de Kioto. Os Estados Unidos negam-se a assinar o Pacto Internacional de Controle de Armas, de pequeno porte. Os Estados Unidos rompem um acordo com a Rússia e quer fazer, novamente, “a guerra nas estrelas”.

Portanto, esse ataque de hoje, é uma consequência de várias ações dos Estados Unidos que causam pavor internacional. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, que digamos, não é tão antipático à política neoliberal, produzida pelos Estados Unidos, criticou duramente o presidente Bush quando não quis assinar o Tratado de Kioto.

Então, estamos vendo uma situação nova. E essa situação, com certeza vai repercutir no Brasil e vai repercutir seriamente no Paraná.

A Bolsa de Nova Iorque fechou. A Bovespa fechou hoje com onze pontos negativos, eram 11h40min da manhã quando a Bovespa fechou. Portanto, todos os negócios estão congelados. O dólar dispara, evidentemente, porque como é uma moeda de referência internacional, a procura por ele dispara, não são mais as bolsas as referências.

Nós temos uma situação que leva o próprio governo do Paraná, que estava numa ofensiva para atrair capitais, inclusive estrangeiros, com a privatização da Copel, a repensar seriamente a questão da privatização da Copel.

Não é uma coisa tão simples o que está acontecendo porque a explosão tem um significado, tem uma mística, porque explodiu o Centro Financeiro Internacional, que veio abaixo! Ali havia representantes de 28 países, o PIB mundial estava todo representado, um dos maiores PIBs, as nações que têm poder financeiro estavam ali dentro, veio abaixo! Vai ter retaliações, vai ter problemas de crise. Retaliações no Iraque? Quem sabe na Arábia Saudita, ou no próprio Israel? Na Líbia, quem sabe? Na Turquia? No Afeganistão? Não se sabe!

Agora, o que eu quero separar é que podemos ter até o início de uma crise internacional, do ponto de vista bélico, do ponto de vista de míssil, o próprio início de uma 3ª Guerra, o que eu acho bastante improvável, mas tem gente que já está falando isso.

Mas, quero chamar a atenção, neste momento, senhores deputados, para o fato de que, historicamente, como prevê o Michel Petti, da Universidade de Harvard,

no recente livro, que ele fala do volátil “machine”, a máquina volátil do mundo globalizado, e chama a atenção para o aspecto econômico, porque nenhum problema bélico, nenhum problema político, não acontece à relação com a economia mundial. Isso aconteceu nos Estados Unidos.

Neste momento, o povo americano está colocando a culpa no seu presidente, que para ter coesão interna vai bombardear alguns lugares nesses países, onde têm menos repercussão, do ponto de vista das relações internacionais. Vai bombardear o Iraque - já bombardeou semana passada. Pode bombardear o Afeganistão - não tem repercussão, porque o Brasil não vai ficar nem contra, nem a favor, mas vai dar coesão interna, por resolver um problema político e até um problema econômico, como a Argentina o fez, quando atacou as Ilhas Falklands ou Malvinas, para dar coesão interna, no final do governo militar, que era um governo moribundo, como é tática de muitos outros países fazer um processo bélico, para tentar resolver um problema econômico, já que esse processo bélico e esse ataque terrorista são consequência da política internacional dos Estados Unidos.

Temos que perceber que os Estados Unidos têm, sistematicamente se negado a assinar tratados internacionais: armas de pequeno porte, testes anti-nucleares, rompendo acordo de acabar com a guerra nas estrelas.

Pasmem os senhores, os Estados Unidos é um dos maiores devedores da Organização das Nações Unidas, é grande devedor da ONU. O Bush mandou falar que não vai pagar à ONU!

Gozado né, nós, no Brasil, a todo momento, somos inquiridos a pagar o FMI e fazer acordo com o FMI. Ele não paga, não o FMI, não paga a ONU, que é uma organização que tem entre os seus vários fins, a paz, o progresso da humanidade, a salvação das crianças, a educação, etc. Os Estados Unidos têm uma política extremamente conservadora, de direita pesada, direita radical, com o governo Bush.

Neste momento, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, seria de bom alvitre, que, inclusive, a privatização da Copel, fosse parada e esperado o momento. Porque senão, o que vai acontecer, é que o preço mínimo vai ser nenhum mesmo! Vamos vender essa Copel e nem aqueles corretores vão começar a recomendar aqueles corretores que ontem o Hermes Fonseca chamou a atenção, aqui, que ganham pelo percentual de ágio, vão começar a falar: não, melhor não vender, porque a nossa corretagem vai ser só de um milhão, dois milhões, aí, não vai valer a pena.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Irineu Colombo, hoje, pela manhã, atônito, quando soube da notícia, de pronto duas coincidências me vieram à mente. A primeira, é que a Ilha de Manhattan, onde estavam instaladas as duas torres, foi o

palco do casamento da filha do governador Jaime Lerner, onde garbosamente se cantou aquela música muito conhecida, "New York, New York". Quando vi, ali, as cenas na CNN, dos barcos, da ilha, do mar, dos torres logo à frente do mar, me lembrei do casamento da filha do governador Jaime Lerner, que em um iate de luxo, desfilava ali naquelas imediações. Se tivesse havido uma coincidência entre o atentado e o casamento, com certeza, poderia ter sobrado para o iate, que conduzia o governador Jaime Lerner, naquele momento, celebrando o casamento de sua filha.

Uma outra coincidência é que o presidente americano George W. Bush tem o mesmo estilo de governar que o Jaime Lerner, que é a preguiça - preguiçoso. Tanto é verdade, que em pouco tempo de governo, ele estava gozando de merecidas férias, de trinta dias, no seu Estado do Texas.

As duas coincidências que me vieram à mente, logo que atônito assisti a esses atos de terrorismo, foram essas duas coisas, que me fizeram lembrar do governador Jaime Lerner.

Agora, deputado Colombo, nós, como disse o ilustre deputado Waldyr Pugliesi, condenamos qualquer tipo de terrorismo, não é aceitável que esse procedimento venha ocorrer. No momento nós vivemos no mundo atual, aonde a violência deve ser expurgada da vida mundial.

Todavia, há justificativa para isso que é na verdade a segregação do mundo árabe, a perseguição que os palestinos sofreram, um povo sem pátria, um povo que amarga a dor e a tristeza de não ter pátria.

Nós, como brasileiros, podemos aqui conquistar as políticas deste País, gritar, mas, temos a nossa pátria.

Agora, imaginem um povo que tem uma cultura milenar, como o povo palestino, viver sem pátria, lutando bravamente para ter um pedacinho de chão, aonde eles possam ter uma autoridade provisória sob a batuta do governo judeu.

De forma que nós lamentamos profundamente e com indignação a ocorrência registrada hoje, que vai abalar o mundo inteiro.

Não resta a menor dúvida, deputado Irineu Colombo, que hoje nós já observamos os noticiários dando conta dessa turbulência no mundo econômico com a quebra nas bolsas, com paralisação da bolsa de Nova York, com a disparada do dólar que já estava com tendência de crescimento. E o governo brasileiro estava agindo para que o dólar não fugisse do seu controle, mas, a partir desse momento, com certeza, o dólar vai ter um crescimento exacerbado.

O Governo Lerner tem que parar imediatamente o processo de privatização da Copel.

Ontem, a imprensa noticiou que uma empresa francesa que estava cadastrada para comprar a Copel, desistiu.

Aí já começamos a perceber, será que a empresa francesa não descobriu que a privatização da Copel, não é

baralho de cartas marcadas? Ou será que a empresa francesa entendeu que agora não é a hora de se envolver num negócio desses?

Então, o governador Jaime Lerner deveria de pronto determinar a paralisação imediata do processo de privatização da Copel, para não colocar em risco o patrimônio público do Estado do Paraná.

Esses são os comentários que queria fazer no riquíssimo pronunciamento que V. Exa. faz, no dia de hoje.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado, deputado Nereu Moura.

Mas, eu chamo a atenção para a história, que tem demonstrado isso:

1º - a Primeira Guerra Mundial acontece com um tiro contra o imperador Ferdinando;

2º - a Segunda Guerra Mundial com os soldados alemães disfarçados de soldados poloneses, uma crise na fronteira com a Polônia.

Aparentemente uma coisa sem muito nexo. Mas, esses dois fatos simbólicos escondem por trás todo um processo econômico de globalização, que esse Michel Petti fala nesse momento, que as globalizações sempre aconteceram, só que nunca foram um negócio fraternal.

Quando Cristovão Colombo veio para cá, quando Cabral veio para cá, e tudo o mais, veio para dominar, não veio para fazer integração dos povos! Quando eles ocuparam a Ásia, quando colonizaram toda a América, colonizaram a África, foi uma globalização também, do ponto de vista do mercado de capitais, de negócios. Não foi nada fraternal.

E nesse momento a globalização também não tem nada de fraternal. Ela é a imposição dos mais fortes aos mais fracos, que chegou à exaustão.

E a exaustão volta para os Estados Unidos. Os Estados Unidos, por exemplo, a COPAC produziu computador para vender para o Brasil, para a Argentina, para vender para a África do Sul, para vender para todo lugar do mundo. De repente, esses mercados exauriram, eles produziram demais, a crise volta lá, para os mercados que produziram. A crise está voltando aos Estados Unidos, porque os mercados se retraíram; o mercado mundial se retraiu exatamente porque não transformaram a gente num mercado de consumo de qualidade de vida! Não é só consumo de bens de capitais, mas um consumo de qualidade de vida.

O que acontece é que essa política neoliberal, que o Governo do Estado do Paraná entrou de cabeça, é uma oportunidade ímpar inclusive de entrar na onda privatizante para fazer caixa, porque ele nunca fez caixa. Faz o caixa com os ativos que o povo do Paraná já construiu, que outros governos do Paraná construíram.

Então, este momento, é um momento de repensar a política. O que essa crise internacional demonstrava com relação tanto ao setor elétrico brasileiro com o que percebia essa empresa internacional, quando ela deixa de vir

aqui para participar da privatização da Copel é um claro sinal das mudanças econômicas internacionais.

Essa empresa, que o deputado Nereu Moura informa, que desiste, e eu já tinha lido nos jornais, desiste de vir comprar a Copel por conta das questões internacionais, porque a Copel não é 1 milhão, 2 milhões. São bilhões de reais! Depois, ainda com o discurso, ontem, do deputado Ribas Carli depreciando a Copel, acho que colaborou para que os franceses não viessem para cá. Reflexo imediato de toda a política nacional e da política do Estado do Paraná, essa crise internacional.

Claro que nós queremos dizer que não podemos de maneira nenhuma aceitar a agressão sofrida pelo povo de Nova York, pelo povo de Washington, pelos Estados Unidos. Ataques terroristas, a guerra, a violência não pode ser aceita de maneira alguma, mas ela é um reflexo, sim, dessa política atual dos Estados Unidos, do modelo de globalização, a imposição internacional dos mercados sobre os interesses das nações.

Então, é um momento de repensar, é um momento da gente se voltar para os caminhos do Brasil, para os mercados locais, para os capitais locais. Nós temos condições de crescer sem abandonar as políticas internacionais, mas também não ser subordinado a elas.

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Agradeço o aparte concedido, deputado Irineu Colombo.

Queria me manifestar também sobre o episódio internacional. E hoje na hora do almoço, onde eu estava almoçando e tinha o prazer de ter como companheiro ali na mesa bem pertinho o deputado Pessuti e outros deputados, o Ademir também. E quando estava passando na TV eu falava o seguinte: só falta agora criticarem os 27 deputados, que votaram favorável à Copel, pelo episódio que está acontecendo nos Estados Unidos. E parece que o meu companheiro e amigo Nereu Moura aproveitou a deixa, não para criticar os seus colegas deputados, que ele sempre tem demonstrado grande grau de educação, mas no entanto ele aproveitou não só para associar a Copel a esse episódio, como também ainda acrescentando, engordurando com o casamento da filha do governador Jaime Lerner.

Acho, senhor presidente e senhores deputados, que, o que realmente aconteceu no mundo demonstra, que a minha raça, que o deputado Zuk faz questão sempre de frisar e eu me honro quando me chama de português, porque a raça do Brasil é índio, africano e português. Quero dizer que a minha raça muitas vezes é citada como um povo burro, que português é burro. Quero dizer a V. Exa. e aos demais deputados que a maior burrice que eu vi até hoje foi esse ato praticado hoje nos Estados Unidos, visto que os portugueses usavam da força para poder descobrir o mundo, porque não vieram só ao Brasil. No mapa mundi tem a presença dos portugueses em toda a parte do mundo. Mas usavam a força, meu prezado depu-

tado Irineu Colombo, agora esse povo, certamente que é uma minoria terrorista, não usou a força, usou apenas a burrice. É lamentável mesmo que tenha acontecido isso! Nós sabemos que os homens mais ricos do mundo, antigamente, eram aqueles que trabalhavam, até sem escolaridade, tal Onassis, que chegou a casar com a primeira dama dos Estados Unidos, Jacqueline Kennedy, ficou rico trabalhando, com a força. Enquanto isso, agora na vida moderna, quem realmente é o homem mais rico do mundo hoje? É Bill Gates, ele é o homem mais rico, com inteligência!

Então, esse ato, praticado com burrice nos Estados Unidos, tem que ser repudiado por todos nós! E certamente de onde saiu o comando para agredir os povos, porque o mundo inteiro ficou contra esse ato, e de onde partiu eu espero que os americanos dêem o troco, sim, mas destruam, destruam para dar exemplo ao mundo que um inocente não pode pagar os pecados de outros!

Obrigado.

O Sr. Waldyr Pugliesi

Deputado Cartário, eu começo a fazer um aparte ao deputado Irineu Colombo e gostaria que V. Exa. me ouvisse. V. Exa. está falando que inocentes morreram e que os Estados Unidos devem ir lá fazer retaliação e punir.

Eu gostaria de perguntar a V. Exa., através do aparte que me concede o deputado Irineu Colombo, quantos mil ataques os Estados Unidos fizeram, matando crianças, velhos, lá no Vietnã? Um povo desarmado, de agricultores! Quantos mil ataques os Estados Unidos fizeram em Cuba, a Granada, a países latino-americanos, aos árabes, ao Iraque, ao Irã? Essa é a verdade, deputado Irineu Colombo!

Nós combatemos o terrorismo, a paz que nós entendemos é a paz igualitária, não é a paz imposta pela nação que se mete a ser polícia do mundo, invadindo os territórios de todas as nações, como fizeram ao longo de todo século XX. Imaginem se a pregação do deputado Cartário valesse para os povos do lado de lá, vir punir os Estados Unidos, nas suas casas, através dos milhares e milhares de ataques criminosos, que eles fizeram! Inclusive, muitas vezes, a marinha, o exército norte-americanos, invadiram aldeias vietnamitas e assassinavam a todos que se mexiam. Todos que tivessem o coração batendo eram assassinados pelos norte-americanos!

E eu nunca vi, em Parlamento nenhum, aqui no Paraná, alguém se levantar contra esses que são as polícias do mundo! Antigamente, deputado, era na base do cacete, da metralhadora, do porrete; hoje é através da globalização! Eles vêm aqui e roubam a nossa Copel, eles vêm aqui e tomam aquilo que nós fizemos durante todos esses anos! Hoje a dominação é diferente!

Eu sou um homem que condeno todo tipo de fanatismo religioso, os árabes, vocês sabem que, no dia-a-dia eu faço essa condenação, mas olhem, um milhão de palestinos sendo tocados de suas casas, como vermes, por

aqueles que criaram o Governo de Israel, em 48. Os tratores, as máquinas, destruindo as casas dos árabes, colocaram um milhão de palestinos na rua, sem água, sem comida, sem roupa, sem nada! Matam jovens todos os dias! Todos os dias a televisão mostra os assassinatos que fazem contra um povo pequeno, praticamente desarmado. Eles vão para o desespero, é isso que acontece!

Outro dia, na minha cidade, houve uma manifestação que foi na realidade comandada pelos professores, uma meia centena de sem-terra que ia fazer compras, jovens, e um vereador do meu partido acabou estando no local, não coincidentemente. Pois bem, ontem, lá na Câmara de Vereadores, os “lerneristas” apresentaram um requerimento através de uma denúncia feita por um empregado da Prefeitura e afastaram o vereador por 90 dias e vão tentar cassá-lo. Estão, inclusive, aqui em Curitiba, atrás dessas coisas.

Essa é a violência que se comete contra as minorias e tem que se fazer média com tudo, porque senão, não vale a pena! Tem que se fazer média, tem que se bajular os “poderosos”! Fica aqui o meu repúdio a esse tipo de coisa.

Quero dizer mais uma vez para que não seja mal entendido. Eu condeno, como sempre condenei, os atos terroristas, partam de onde eles puderem partir, mas o Estado americano foi um Estado terrorista durante praticamente toda a sua vida, impondo a sua vontade, impondo os seus negócios, comprando, corrompendo. É preciso que isso fique registrado.

O Sr. José Maria Ferreira

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. IRINEU COLOMBO

Na seqüência, deputado.

A política que o deputado Waldyr Pugliesi fala é a política da década de 40, de 50, de 60 chamada “Grande Paulada” em que aqueles que não seguissem o rumo dos Estados Unidos, receberiam a grande cacetada e o Brasil não entrou nisso diretamente, mas não podemos esquecer que a CSN foi nos dada, no governo Getúlio Vargas, em troca da base do Rio Grande do Norte, para instalar lá a base militar dos Estados Unidos. O Brasil estava no controle dos Estados Unidos. Se o Brasil não seguisse os Estados Unidos, com certeza os Estados Unidos haveriam feito algumas retaliações como derrubaram o governo Allende, comprovado agora, e como interferiu na política brasileira. No caso, eles controlavam o Brasil através de regime militar. Controlavam a Argentina pelo regime militar. Então, agora neste momento, os Estados Unidos atingidos naquilo que tem de mais preciso, que é a sua segurança interna, mostrando claramente que não têm segurança interna.

Mas, quando falamos em segurança, quando falamos em “Big Steak”, de agressões, não podemos esquecer, e eu quero voltar a chamar a atenção para o meu raciocínio, por trás disso está uma grande crise econô-

mica internacional. A crise econômica gera crises políticas, crises de identidade de seus povos e isso nós temos que prestar atenção. O Brasil não está isolado dessa grande política internacional e não vai ser na base de mais agressões, que vão resolver o problema. Agora, é uma questão de controle da situação. Os Estados Unidos devem dar os anéis para não perderem os dedos. Essa é a grande questão.

Os Estados Unidos, potência econômica importante, se entrarem em crise, é evidente que causa crise muito mais séria do que já está causando, mas essa crise foi adiantada por um fato que é o ataque terrorista. Eu não estou analisando o ataque terrorista por ele mesmo, como se fosse uma coisa do fanatismo de um determinado agrupamento terrorista, por uma opção religiosa, até porque não sabemos quem fez aquele ato, mas estamos vendo o ponto de vista da representação dos Estados Unidos, e a crise econômica internacional que está se abateendo sobre o mundo.

Senhor presidente, se eu pudesse em poucos segundos encerrar o meu pronunciamento, eu gostaria de ceder aparte. Eu não sei se poderia usar o Horário do PT, deputado Hermes Fonseca?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. pode usar o Horário do PT.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado.

Quero conceder aparte ao deputado José Maria Ferreira, e em seguida, ao deputado Caíto Quintana.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Irineu Colombo, hoje quem tem o mínimo de sensibilidade deve estar consternado. Não pelo que aconteceu com parcela da humanidade. É um crime hediondo, brutal, selvagem, que não vale nenhuma discussão nesta Casa, quando se coloca a questão do Estado. Mortes, possivelmente, possam ocorrer a mais de 50 mil pessoas.

Ora! Sem nenhuma preocupação com civis, com pessoas que não estavam, sequer, no centro da questão bélica, da discussão dos interesses externos daquele povo. Ali estavam americanos, homens e mulheres de toda parte do mundo. Não justifica, de forma alguma, e não vale a discussão, mesmo que apaixonada, do deputado Waldyr Pugliesi. Por quê? Porque ali não teve objetivo militar. Ali, traiçoeiramente, da forma mais vendida que um homem pode atuar contra o outro: foi lá, fuzilou, sem direito à defesa e sem estar na contenda.

Então, deputado Waldyr Pugliesi, que me desculpe - eu o respeito muito - mas, está atrasado com seu discurso. Está atrasado, por quê? Porque existe uma questão que se chama humanitária.

Reconhecemos, deputado Waldyr Pugliesi, a dificuldade de toda a nação palestina. Mas, não foi só o americano que, em 1948, votou pela criação do estado judeu.

Foram as Nações Unidas! Como também não foram só os americanos, quando o americano invadiu a Europa para permitir que Hitler não dominasse toda a Europa, aí ele era bom, aí não fazia terrorismo de estado.

Quando só ficou Churchill defendendo a liberdade... ouvi e foi por ter ouvido que estou lhe respondendo, com todo o respeito. Por quê? Porque não se admite que, sem o mínimo de sensibilidade você vem fazer crítica, num momento em que a nação derrama a perda de 50 mil filhos seus, civis e inocentes!

Se se atacou o Pentágono, é outro problema. O Pentágono representa o poder bélico. Mas, atacar um prédio comercial, um prédio que só tem trabalho, é um desrespeito à humanidade, que hoje deve estar de luto. A humanidade foi atingida na sua maior essência que é a vida.

Portanto, não adianta nós dizermos, deputado Waldir Pugliesi, que o estado americano faz terrorismo de estado! Mas, e quando o Iraque atacou os Emirados Árabes e invadiu a Arábia Saudita, o Kwait, quem foi lá? Foram os Estados Unidos, a Inglaterra e os países aliados da OTAN!

Sim, tem seus erros! Nós temos também. Se formos olhar o que fizemos com o Paraguai, em 1960, é vergonhoso! E nós esquecemos de fazer esta análise. A Tríplice Aliança é uma vergonha da história sul-americana! Invadimos e fomos para cima de um país que tinha 7 milhões de habitantes, aonde tinha uma indústria fluorescente. E nós nunca falamos!

As questões de estado têm que ser tratadas como questões de estado. As questões humanitárias têm que ser tratadas como questões humanitárias. E o que nós vimos lá, hoje, e estamos presenciando, nós nem sabemos, ainda, o alcance e a profundidade de tantas mortes! Tantas vidas foram ceifadas, sem o mínimo direito de defesa! Quando alguém pula de um prédio, por desespero na vida! Ora! E agora vamos esquecer destas 50 e tantas mil vidas e vamos falar da atuação do estado americano?

Não tem! Lá, estava em guerra, Hiroshima estava em guerra. E ali, não estava em guerra.

Era isto, senhor presidente.

O Sr. Caíto Quintana

Eu serei bem breve, deputado, porque seu tempo está esgotado e a Mesa está sendo complacente.

Eu só acho uma coisa: lamento profundamente o que ocorreu hoje nos Estados Unidos. Mas, a única coisa que sobra, deputado, para que nós possamos avaliar neste episódio, é a revolta do oprimido contra o prepotente. Os Estados Unidos, quer seja por juros exorbitantes, por pressões políticas desnecessárias, por pressões bélicas inconfessáveis, têm mantido na fome, na miséria, no subdesenvolvimento, países e mais países do mundo inteiro!

Eu não defendo, sob hipótese alguma, o ato praticado por ser um ato terrorista, portanto não é nem um ato de estado, é um ato individualizado, portanto é bom que os donos do mundo entendam que, quando se aperta

demais a porca, acaba atarrachando o parafuso e fazendo com que ações como estas aconteçam, porque em todos os países do mundo haverá pessoas que não suportam mais fatos como este.

A ausência dos Estados Unidos, um país com toda a força para ser mediador, no instante que a própria ONU estava realizando uma reunião contra, em defesa das minorias e em defesa dos atos praticados por nações contra povos e contra grupos inferiorizados, o próprio Estados Unidos, valendo a sua prepotência, tenta impor ao mundo inteiro restrições de desenvolvimento, e no entanto, é contra um projeto de defesa, defesa da condição de equilíbrio ambiental do mundo.

Esses fatos, essa supremacia absoluta, ela faz atos como estes. E o terrorista atingiu o Pentágono, que é a prova do poder bélico e atingiu o centro da ilha de Manhattan, duas torres que representam o poder econômico. Eu acho que em cima deste desastre que todos nós lamentamos, sobre o povo americano, seus dirigentes, que os outros países não são o quintal da casa deles e eles precisam respeitar.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, encerrando o meu pronunciamento e agradecido do aparte dos meus colegas, aliás, só pode dar boa contenda, com bons debatedores.

E é isto que nós vimos aqui, dizendo que a minha preocupação, neste dia, deste fato lá em Nova York, este mesmo discurso poderia ter sido feito ontem, com relação à crise internacional, mas eu quero dizer que ele é um simbolismo de um processo internacional que está acontecendo.

Não é de graça que foi atingido o Pentágono e o World Trade Center, aonde tem 28 grandes nações com seus negócios instalados. Uma crise mundial, moral até, uma crise ética, inocentes do povo civil dos Estados Unidos que não têm nada a ver, que nós temos que lamentar até, nós deveríamos fazer neste sentido um julgamento geral da Assembléia Legislativa, mas chama a atenção, mesmo de forma lamentável, onde vítimas, pessoas, crianças, trabalhadores morreram, mas chama a atenção para o grande problema da crise mundial econômica e a forma como os Estados Unidos está discutindo as suas políticas.

Os Estados Unidos há 15 dias negou tratado de arma de pequeno porte; há um mês atrás rompeu o acordo com a antiga União Soviética da não guerra nas estrelas; não assinou o Tratado de Kioto. Nós temos uma sucessão de atos. Os Estados Unidos disse que não vai pagar a ONU, antes de ontem disse que não vai pagar o que está devendo para as Forças Armadas da ONU, do Grupo de Paz Mundial, os Programas da Unicef, a nível mundial!

A embaixada dos Estados Unidos, deputado Alborghetti, disse que não vai participar da Conferência Mundial dos Interesses da Criança. Não vai participar, porque eu acho que está protegendo demais as crianças do mundo, estão vai se preocupar com o seu mundo.

Então, parece-me que há um processo que levou a isso. Tem um simbolismo por trás disso.

Lamentável, mas tem um simbolismo por trás disso, deputado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Primeiro para parabenizá-lo. Demonstrou perfil de um candidato ao governo: dignidade, caráter e respeito ao Parlamento. Meus parabéns!

Segundo: ouvi atentamente o pronunciamento dos deputados Waldyr Pugliesi e depois José Maria Ferreira, e gravei bem que V. Exa. disse que era contra o que foi praticado nos Estados Unidos. O ato de terrorismo.

Acompanhei desde a manhã o desenrolar e o que vi ali hoje foi um ato de terrorismo, de violência contra os direitos humanos. Dinamitar aquele prédio, não se sabe qual é o alvo dos aviões. Nenhum país quer assumir a responsabilidade, porque o presidente disse que não vai sobrar pedra sobre pedra de quem praticou isso. É um direito dele. Não concordo com ele. Acho muito radical. Um presidente que deixa que crianças usem armas, com o armamento infantil, pode se ver uma série de assassinatos em escolas, etc. E o encontro da raça negra que também não concordei com as atitudes dele. Não sou racista, devemos respeitar o negro, todas as raças e credos.

Quero concordar com V. Exa., é um vandalismo, uma violência. Os Estados Unidos foi pego de calça curta. Quem não consegue usar uma calça não pode usar uma cueca. Com todo respeito.

Concordo com o deputado José Maria que também é contra o assassinato em massa que aconteceu hoje nos Estados Unidos.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO

Agradeço o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Quem conhece um pouco do povo árabe sabe que eles confundem, associam a opção religiosa com o estado. O Alcorão deles faz parte dos artigos constitucionais de seus estados. É difícil de raciocinar em nome deles. Esse fenômeno associado à crise internacional, cria uma situação explosiva que inocentes estão pagando. Se os Estados Unidos retaliar, mais inocentes vão pagar por isso. Tudo isso por questões econômicas que levam a demandas políticas, crises políticas que levam a crises bélicas.

Muito obrigado!

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Fui citado no aparte do deputado José Maria Ferreira, e gostaria de recolocar a minha posição que me parece não foi bem entendida por ele.

V. Exa. mesmo ouviu que condenei o ato praticado nos Estados Unidos. Uma violência inaudita, com sacrifício, não se sabe de quantas vidas. E eu até citei durante três, quatro vezes, durante o meu pronunciamento. Ora, quero condenar os atos terroristas que foram praticados,

mas ao mesmo tempo, quero fazer uma análise mais aprofundada em relação à questão, e ainda, senhor presidente, falei que queria começar por onde terminou o aparte do deputado Geraldo Cartário, quando ele propunha, entre outras, que o governo dos Estados Unidos fosse até onde estão homiziados esses terroristas e os eliminasse todos.

E comecei por aí dizendo o seguinte, que nunca tinha visto ninguém propor retaliação contra os Estados Unidos, por terem eles assassinado milhares de inocentes, em dezenas, poderemos dizer, em centenas de países, onde eles fizeram a violência das suas armas preponderarem.

Lembro-me quando Allende, senhor presidente, aqui no vizinho Chile, quando Salvador Allende chegou ao poder - e hoje já está comprovado isso através até dos arquivos norte-americanos, que os americanos foram lá e assassinaram Allende; como assassinaram Letteriê; como juntamente com os belgas, assassinaram Patricie de Mumba, no Congo; como invadiram o Camboja ou Auce, várias nações da América Latina; como invadiram várias nações da África, onde foram solidários com a violência que os brancos praticaram contra os negros, lá no "Apartheid" da África do Sul. Então, os Estados Unidos não têm moral, sabe, essa é minha posição, de não querer cobrar nada de ninguém. Nós repudiamos todo e qualquer ato terrorista. A nossa pregação, ao longo de todos esses anos, foi na direção da paz, da transformação do mundo e não da violência daqueles que são fortes.

Então, perdoe-me o deputado José Maria Ferreira, pelo qual tenho o maior apreço, mas talvez ele não tenha apreendido o sentido do meu pronunciamento, que é de condenação dos atos terroristas praticados.

E ele justifica: "bom, se fosse em cima do Pentágono, tudo bem". Tudo bem, não! Condenamos em 100% todos os atos terroristas!

Mas, o que vem criando tudo isso é a violência que os grandes impõem aos pequenos; matando-os de fome, não deixando que eles assumam a cidadania que têm direito, senhor presidente.

É essa a minha posição, colocada de maneira verdadeira.

O SR. NEIVO BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, apenas para comunicar à Casa. Ocorre que o PSDB Nacional tinha convocado uma reunião para discutir a exclusão do Senador Álvaro Dias do partido no dia de amanhã e o senador acabou de conquistar na Justiça, a suspensão da referida reunião.

Essa é a primeira batalha judicial, que, evidentemente, muito haverá de ter essa discussão jurídica e o embate, evidentemente, vai se prolongar por muito tempo, visto que pretende o Executivo Nacional excluir do quadro partidário um senador ou dois senadores, que assinaram a CPI da corrupção.

Quer dizer, é uma reação no sentido de coibir a ação do mal. O mal quer vencer o bem; temos que lutar contra essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Só registramos uma correspondência recebida após ter passado já o horário, mas o presidente Hermas Brandão, mesmo assim faz questão que seja lida, para que os senhores deputados tomem conhecimento.

Convido ao 1º secretário para que faça a leitura da correspondência.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

Atenção, senhores deputados.

(Lê Ofício nº 305/2001, que encontra-se publicado no Expediente desta Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças. PL.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente, com relação à leitura do expediente, ele fala da responsabilidade fiscal, prestação de contas muito mal feita pelo secretário Miguel Salomão, da primeira vez que esteve aqui, e a legislação fala da prestação de contas à sociedade.

A sociedade tem que ficar sabendo das contas do Estado, quanto se gastou nisso, qual a previsão orçamentária, se está cumprindo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de não se gastar mais do que se arrecada, e da isenção fiscal, quais são as compensações em arrecadações em outro setor, e assim por diante.

Então, gostaria de fazer uma solicitação, que estenda ao deputado Hermas Brandão, o nosso presidente, que a prestação de contas quadrimestral, não seja perante somente a Comissão. Que seja perante o Plenário da Assembléia!

Ou inicialmente à Comissão, em seguida externando a toda a Assembléia Legislativa do Paraná, para que o povo paranaense tome conta, porque o espírito da lei, a Lei 101 e o artigo 9º citado pela correspondência emitida pelo senhor governador, o espírito da lei, é a absoluta transparência.

A transparência dos atos, ver se a lei está sendo cumprida, quais são verdadeiramente as dívidas do Estado e assim por diante.

Então, nesse espírito, senhor presidente, é que eu concluo que V. Exa., em consonância com o presidente Hermas Brandão, no sentido da ampla publicidade a essa prestação de contas a este Plenário, que repercutirá na sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O próprio presidente Hermas Brandão já encaminhou também à Diretoria Legislativa essa correspondência, para que seja dado destino e sejam cumpridas todas as formalidades legais.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, por falar em transparência e publicidade, dar conhecimento à sociedade de todos os atos e fatos da administração pública, especialmente do Estado do Paraná, hoje a Comissão de Constituição e Justiça apreciou um veto do senhor governador a um projeto desta Casa, que trata justamente da transparência.

E sabe qual foi a alegação, senhor presidente, Mesa Executiva, senhores deputados, para que o governador apusesse o veto ao projeto de lei, por sinal do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão? Foi que o custo da publicação ensejava em 455 mil reais por ano.

O governo deixou de dar ciência à sociedade paranaense porque o custo dessa publicação ficaria em 455 mil reais!

Usei da oportunidade na Comissão, e dizia que se tivesse aplicado melhor os recursos nas motonetas, com certeza, daria de sobra para pagar os 445 mil, esclarecendo a sociedade das razões que ela tanto precisa, que é a transparência.

Obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Somente para registrar aqui a presença, na galeria, do nosso prefeito de Umuarama, Fernando (?), que é uma honra muito grande estar aqui assistindo à nossa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado, deputado.

Horário das Lideranças: PSB, PSC, PST, PSL, PPS, PDT, PPB, PFL, PSDB, PTB.

Com a palavra, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, eu não sou do PSDB, sou do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, e vou ficar nesse partido eternamente.

Se eu perder, se ganhar, estou preparado para tal. Mas tem uma coisa que não entendo. Como é que pode um senador da República ser expulso de um partido político por assinar uma CPI para apurar a corrupção na Nação?

Então, me convenço de que há necessidade urgente, de tirarmos a máscara, lavarmos a cara, porque a Nação não é palhaça, os brasileiros não são palhaços e não há o porquê de se temer uma CPI para passar este País a limpo. Não entendo! Falo isso, porque Álvaro é padrinho de meu casamento. Falo isso, porque o Osmar batizou o meu filho. Tenho por eles a maior galhardia, o maior respeito em tê-los como amigos.

Todos nós temos defeitos, mas temos qualidades que superam os nossos defeitos, ilustre presidente Elio Rusch, mas não posso conceber, como parlamentar com vinte e dois anos na vida pública, não entendo porque expulsar um deputado federal ou estadual ou um senador da República por assinar uma folha de papel timbrado em nome do Senado da República, que pretendia apurar os

desmandos, pode até não ser do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas de alguém que participa do seu governo.

Deixo aqui o meu voto de repúdio e parabenizo o senador Álvaro Dias por esta vitória no Poder Judiciário. E digo, quanto mais dermos força ao Ministério Público do meu País, quanto mais dermos força ao Poder Judiciário da nossa nação brasileira, que tem como símbolo a bandeira verde, amarela, azul e branca, escrito Ordem e Progresso, quanto mais acreditarmos no Hino Nacional Brasileiro, teremos que acreditar, cada vez mais, no Senado, no Executivo, no Legislativo, porque depende de nós, políticos, o crescimento, a ousadia de investir, não em véspera de eleição.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 305/2001-GAB, subscrito pelo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, constante do expediente, informando-se quanto a possibilidade da avaliação quadrimestral, de que trata o artigo anteriormente citado, seja realizada no dia 26 de setembro próximo, na Comissão de Orçamento e Finanças desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que irão compor as próximas CPI's a serem instaladas nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero registrar, aqui, com satisfação, a presença dos vereadores Leori Esperoto (?); Marilene Marques B. e Davi Pereira de Andrade, do município de Lindoeste, acompanhados da Írides (?) Teixeira, que é esposa do vereador Namir, presidente da Câmara daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado, deputado.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a UNAM - União das Associações de Moradores do Município de São José dos Pinhais, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/2001, de 18/06/2001)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 266/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra - AAPG, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2001, de 25/06/2001)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamiranga, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 278/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Guamirim, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 286/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar - Ação Social de Missal, com sede e foro no município de Missal / PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de

Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Universidade da Água - Uniágua, com sede e foro no município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Estudantes de Sertanópolis, com sede e foro no município de Sertanópolis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Nova Aurora I, II e III, com sede na cidade de Sertaneja e foro na comarca de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube de Mães Santa Luzia do bairro Monte Castelo, com sede no município de General Carneiro e foro na comarca de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Irmã Helena, com sede e foro no município de Agudos do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova

o ressarcimento das despesas dos senhores deputados de junho e julho de 2001 - Resolução nº 15 de 19/06/1992. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2001, que altera para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente criado pela Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2001, de 12/06/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 246/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente criado pela Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 246/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 18/2001, tem por objetivo alterar a denominação para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente criado pela Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991 e alterar o artigo 8º da referida lei.

Fundamentação

A presente proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania entende que a proposta da nova denominação do colegiado, deve-se à necessidade de amoldá-la às disposições da Lei Federal nº 8.069/90, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde a nomenclatura é consagrada.

Aprovamos, também a nova redação do artigo 8º, da Lei nº 9.579, alterada pela Lei nº 10.014, acrescentando-lhe parágrafo único, que ensejará condição no sen-

tido que a presidência e vice-presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente sejam escolhidos por dois terços dos membros do colegiado e que, a cada novo mandato, o preenchimento ocorra mediante forma alterada entre representantes de órgãos governamentais e não governamentais.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 246/2001.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

Presidente e Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Marilena e foro no município de Nova Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 300/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Marilena e foro no município de Nova Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica integrada de Londrina - ADECCIL, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica Integrada de Londrina - ADECCIL, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Angelo Falavinha Dalprá - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Colombo-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 302/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Angelo Falavinha Dalprá - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Kauande, com sede e foro no município de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 308/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Kauande, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Julio Cesar Ensino de 2º grau, com sede e foro no município de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 313/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Julio Cesar, Ensino de 2º grau, com sede e foro no município de Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP, com sede e foro no município de Peabiru. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP, com sede e foro no município de Peabiru.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, concede a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, conforme contato mantido com V. Exa. e com o deputado Durval Amaral, com relação às CPI's, gostaríamos de avisar ao Plenário e os membros das CPI's, que amanhã, pela manhã, V. Exa. vai convocar, em horário ainda a definir, para gente eleger as presidências e as relatorias das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Gostaria que V. Exa. pudesse anunciar um horário e convocar todos os membros das CPI's, que V. Exa. deve ter aí na mão, a fim de que amanhã cedo, possamos fazer a eleição dos presidentes e relatores de todas as quatro Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Atendendo ao requerimento que foi feito a V. Exa. e também com o deputado Durval Amaral, convocamos

todos os membros e vamos fazer chegar aos gabinetes de cada deputado, para que amanhã, à tarde, às 13h30min, possamos nos reunir para escolher o presidente e o vice-presidente eleitos entre os membros da comissão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2886, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, há uma orientação da Mesa, no sentido de que todo projeto, quando é citado, diz do que trata, pelos menos a súmula. Quando eu apresento um requerimento à Mesa, um requerimento de urgência, sempre tem qual é a súmula que trata, até para a gente votar a favor ou contra.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa exige que o autor sempre coloque na íntegra. Mas como o requerimento é distribuído, para ambas as lideranças, ele está de posse. Estamos economizando e estou lendo só a súmula. Se V. Exa. quiser eu posso fazer a leitura.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É o Projeto de Lei 380/2001, referente a mensagem governamental que dispõe sobre o ajuste no programa de obras, no valor de um milhão, trezentos e doze mil reais.

Está em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 2871 e 2872, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2874, 2875 e 2876, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2877, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2880, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2884 e 2885, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2899, de autoria dos senhores deputados Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Sérgio Spada, Renato Gaúcho e demais deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2887, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. WALYR PUGLIESI

Senhor presidente, peço, antecipadamente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Requer regime de urgência para tramitação do Projeto 262, referente à Mensagem Governamental que instituiu a agência reguladora de serviço de energia e saneamento do Estado do Paraná.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido o 1º secretário para proceder a chamada nominal, dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE

Vinte e seis deputados responderam à chamada.

Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Queria me manifestar a respeito deste requerimento específico, que prevê, se aprovado, regime de urgência para a tramitação do projeto 262/2001, que trata da criação da agência reguladora de serviços de energia e saneamento.

Senhor presidente e senhores deputados, sou presidente da Comissão de Defesa do Consumidor nesta Casa, Comissão Técnica. Tenho estudando a matéria, aliás, existem vários projetos na mesma direção, mais ou menos com a mesma natureza, tramitando nesta Casa, um do ex-deputado Beto Richa, um do deputado Divanir Braz Palma, outro de autoria deste parlamentar que está falando.

E confesso a V. Exa. e aos colegas pares, talvez um, dos projetos mais importantes que esteja tramitando na Casa neste momento é exatamente esse que cria Agências Reguladoras no Estado do Paraná, porque, com a privatização dos serviços que até então, ou hoje estão sendo prestados pelo Poder Público, passando para as mãos da iniciativa privada, para as mãos de particulares, temos observado um prejuízo enorme para toda a sociedade, particularmente para os consumidores, para os usuários.

Assim está acontecendo na área de telefonia, assim já acontece com a Sanepar que privatizou grande parte do seu patrimônio; certamente acontecerá com o serviço de fornecimento de energia, se a Copel for um dia privatizada. E nós temos a obrigação de aprovar um projeto de

lei que defenda os interesses da sociedade e dê um basta à ganância, à voracidade das empresas privadas que estão tomando, através das privatizações, os serviços que até hoje ou até ontem, eram prestados pelas empresas públicas.

Eu, como presidente da Comissão de Defesa do Consumidor não recebi esse projeto, ainda. Estou me sentindo, como estão se sentindo os demais parlamentares desta Comissão, atropelados, porque, na verdade esse projeto nem passou.

E se passou, passou apenas pela Comissão de Constituição e Justiça, que analisa a legalidade, a constitucionalidade do projeto. O mérito do projeto tem que ser discutido na Comissão de Defesa do Consumidor e em outras Comissões afins; estão sendo prejudicadas, estão sendo atropelados.

Eu particularmente, como Presidente da Comissão de defesa, recentemente convoquei colegas parlamentares, fizemos audiência pública, convocamos ADOC, o IDEC, Ministério Público de Defesa do Consumidor, fizemos uma belíssima audiência pública, houve interesse de todos esses segmentos para discutir com profundidade um projeto desta natureza, mas até o presente momento estamos discutindo na informalidade, já que o projeto não chegou, efetivamente, até esta Comissão.

Agora, com a possibilidade da aprovação, do requerimento de urgência para esse projeto de interesse, primeiro do Governo do Estado, vejo que vai ficar prejudicado todo o trabalho da Comissão de Defesa do Consumidor e das demais Comissões afins, vai ficar prejudicada esta Casa e mais prejudicada ainda vai ficar a sociedade paranaense.

Faria um apelo aí para que a Liderança do Governo revise a possibilidade de retirar esse requerimento de votação, e caso permaneça em votação, que o Plenário negue a urgência a essa matéria, dada a sua importância para a sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Ontem o presidente ficou de passar hoje, ao Plenário, a decisão da Mesa a respeito do parecer do procurador, Dr. Airton Loyola.

Eu gostaria de saber qual é a decisão que a Mesa Executiva tem, a respeito do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Infelizmente o presidente não está na Sessão agora, não está presidindo, mas, assim que terminar a Sessão, nós vamos falar com o deputado Hermas Brandão para ver qual o encaminhamento que ele deu.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Conheço as suas limitações, neste momento, mas a Mesa, a secretaria da Mesa teria que deixar essa questão já definida para quem estivesse na execução dos trabalhos, porque hoje é o prazo. Eu não poderia atrasar, além de hoje; a Mesa, também creio, que não.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Eu vou passar esta informação ao presidente Hermas Brandão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031/99 e 204/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 279, 300, 301, 302, 308, 313 e 322/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201, 210, 277, 303, 314, 330, 333, 341, 342, 378 e 407/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 37 REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati, apresentou redação final dos Projetos de Lei nºs 239/2000, 218/2001, 264/2001, 270/2001, 281/2001 e 282/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária